

## O TEXTO EPISTOLAR COMO FONTE DOCUMENTAL PARA O ESTUDO DE SUA PRÓPRIA TRAJETÓRIA DE PRESERVAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DA CORRESPONDÊNCIA DE LUIZ CARLOS PRESTES<sup>1</sup>

Cristiële Santos de Souza<sup>2</sup>

### Introdução

“A correspondência organiza os vestígios de histórias em migalhas.”  
Cécile Dauphin, 1994

As cartas familiares, assim como outros documentos de cunho pessoal e autobiográfico, quando produzidas por homens e mulheres reconhecidos na “memória pública”<sup>3</sup>, circulam no estreito limite que separa o público e o privado nas questões que envolvem o direito à memória e ao esquecimento. Esse limite – flexível e diverso –, também é o lugar onde habitam os gestos da guarda e do abandono, bem como os gestos que recobrem as diferentes apropriações discursivas e ideológicas a que os textos epistolares servem ou serviram ao longo de sua existência. Daí a importância de investigar as trajetórias de preservação desses textos que são, a um só tempo, íntimos e de interesse público.

No entanto, o processo pelo qual conjuntos epistolares de caráter privado são preservados institucionalmente, ou reconhecidos como patrimônio arquivístico-documental, não se inicia com a sua doação para instituições de memória, nem com seu arquivamento por força de lei. Tampouco se limita a ação de herdeiros movidos pelo reconhecimento público do valor histórico desses documentos. O gesto da preservação – assim como o do descarte – decorre de uma relação de reconhecimento (ou de sua frustração)<sup>4</sup>, que tem início ainda durante

<sup>1</sup> Algumas das reflexões apresentadas neste artigo foram objeto de discussão na tese intitulada Legado e Reconhecimento: trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes (1936 – 1945). (SOUZA, 2023)

<sup>2</sup> Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Email: cristiële.hst@gmail.com

<sup>3</sup> Nesta pesquisa, adotou-se o termo “memória pública” para tratar da memória na esfera pública, isto é, aquela imagem do passado que se discute publicamente, nos nomes de ruas, praças e monumentos, entre outros. Partindo do princípio de que a memória pública “*Se trata de una noción interdisciplinar que se caracteriza por una atención específica a la noción de «publicness of the past», que concierne a los procesos que hacen posible la inscripción institucional, social y cultural del pasado en el espacio público*” (TOTA, 2018, p. 401).

<sup>4</sup> A noção de “Reconhecimento” (HONNETH, 2003; RICOEUR, 2006) é compreendida aqui, em suas diferentes instâncias, desde o reconhecimento vivenciado na esfera do amor e das relações pré-jurídicas e como um direito reivindicado, até o reconhecimento no âmbito da estima social, isto é, aquele construído sobre os valores socialmente compartilhados por uma coletividade em um dado tempo e lugar. Nesse sentido, as relações de reconhecimento são compreendidas como mediadoras dos usos e significados atribuídos às cartas, assim como das ações e das omissões que resultam na preservação ou no descarte de acervos epistolares.

a vigência da correspondência e envolve uma série de escolhas e estratégias que deixam rastros no próprio texto epistolar.

A trajetória de preservação de acervos epistolares não se limita, portanto, a salvaguarda física de papel, tinta, selos e outras materialidades que acompanham à prática da correspondência, ainda que a sua salvaguarda seja fundamental para a compreensão de todo o processo. A preservação de acervos epistolares precisa ser compreendida, também, como a preservação da memória compartilhada por aqueles que, direta ou indiretamente, agiram no sentido de preservar diálogos por escrito e retratos lacunares de relações construídas ou mantidas sob o fardo da distância.

Nessa perspectiva, a relação entre lembrar e guardar se aproxima das discussões acerca da articulação entre texto e gesto, no sentido de reconhecer o potencial indiciário do texto epistolar como um espaço onde também a memória pode ser compartilhada, onde é possível observar o sentido atribuído às cartas enviadas e recebidas, e onde as primeiras ações voltadas para a preservação são construídas. Partindo dessas premissas e considerando os limites fixados pela leitura de uma coletânea de cartas publicadas, as linhas que seguem foram construídas a partir do entendimento de que o texto epistolar comunica, testemunha e presentifica, mas, acima de tudo, preserva.

### **As cartas, seus autores e seus leitores**

O conjunto epistolar que compõe o *corpus* documental sobre o qual se assenta a reflexão proposta neste artigo foi escrito entre os anos de 1936 e 1945 por um número limitado de pessoas, unidas pelo vínculo familiar e separadas pelo exílio e pela privação de liberdade. Essas cartas, hoje publicadas, percorreram diferentes trajetórias de preservação: algumas tornaram-se conhecidas em razão da notoriedade de seus autores; outras permaneceram restritas à leitura curiosa daqueles para quem o gênero epistolar se aproxima da literatura de entretenimento. Outras, ainda, reproduzidas em biografias, memórias e manifestos de cunho político, passaram a integrar diferentes ambientes de leitura, adquiriram novos sentidos e suscitaram diversas apropriações discursivas. Todavia, são as primeiras manifestações relativas à preservação desses documentos que interessam à abordagem proposta neste artigo – aquelas presentes no próprio texto epistolar.

Escritas em ambientes fortemente institucionalizados, essas cartas foram submetidas à censura, ao extravio – nem sempre acidental – e mediadas por longos e difíceis períodos de espera. Entre notáveis e infames, seus correspondentes, cada um à sua maneira, foram inscritos

na memória política brasileira – senão pelo reconhecimento de suas ações na política nacional e na resistência ao nazifascismo, ao menos pelo vínculo que mantiveram com Luiz Carlos Prestes, líder comunista brasileiro, conhecido por ter liderado, no Brasil da década de 1920, um movimento armado que se opunha às práticas corruptas que caracterizavam a Primeira República brasileira<sup>5</sup>.

Em sua maioria<sup>6</sup>, essas cartas foram escritas ou recebidas por Luiz Carlos Prestes ao longo dos nove anos em que esteve preso no Brasil, acusado de liderar os levantes comunistas de 1935. A prisão do líder comunista e de sua companheira Olga Benário na madrugada do dia 5 de março de 1936, foi o marco inicial da relação epistolar estabelecida entre eles e a mãe e as irmãs de Prestes, que, desde 1931, viviam exiladas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Os acontecimentos que se seguiram à prisão, estabeleceram a cartografia da correspondência, bem como influenciaram diretamente as condições de enunciação de cada um dos correspondentes e as estratégias adotadas por eles para preservar a memória dessa relação epistolar. Nesse contexto, os personagens dessa história repleta de renúncias e de manifestações de amor e lealdade, mais do que correspondentes regulares, foram também responsáveis pela preservação dessas cartas que por quase uma década foram os únicos diálogos possíveis entre eles.

Leocádia Prestes, acompanhada de uma de suas filhas, Lygia Prestes, deixou a URSS assim que soube da prisão do filho e mudou-se para a França. De lá, com o apoio do Socorro Vermelho Internacional, promoveu a Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos do Brasil. Leocádia lutou corajosamente pelo filho e por toda a sua família, exigindo o respeito ao direito de correspondência e mobilizando a opinião pública internacional para garantir que o filho e a causa pela qual ele lutava não fossem esquecidos. Escreveu-lhe cerca de duas cartas por semana, desde que a correspondência foi autorizada, em março de 1937, até poucos meses antes de sua morte, em junho de 1943. As cartas de Leocádia, assim como aquelas que o filho lhe escreveu formam o núcleo principal da correspondência familiar, isso porque são essas cartas que acompanham os primeiros anos de prisão e expõem as estratégias adotadas por ambos

---

<sup>5</sup> A Coluna Prestes pode ser compreendida a partir dos desdobramentos da revolta do Forte de Copacabana, em janeiro de 1922, violentamente debelada, e, mais tarde, de outros levantes militares no contexto do tenentismo: um deles em São Paulo, origem da Coluna Paulista, liderada por Miguel Costa, e outro no Rio Grande do Sul, do qual resultou a Coluna Gaúcha, liderada por Luiz Carlos Prestes. A união das duas colunas na região do Paraná deu formação à Coluna Miguel Costa-Prestes, conhecida como Coluna Prestes (PRESTES, 2015).

<sup>6</sup> Entre o final de 1936 e o ano de 1940, Olga Benário manteve correspondência com a mãe e as irmãs de Prestes. Embora mencionadas na correspondência ativa e passiva de Prestes, as cartas trocadas entre elas não foram publicadas na obra *Anos Tormentos*.

para manter a correspondência, mesmo em tempos de proibição e censura. São também as cartas de Prestes à mãe que narram o cotidiano na prisão, a ralação com o advogado e os bastidores de sua correspondência com o restante da família.

Parte importante dessa correspondência envolve Olga Benario, companheira de Luiz Carlos Prestes, que era judia e alemã, e foi deportada, poucos meses após sua prisão, para a Alemanha nazista, onde permaneceu encarcerada até sua morte em um campo de extermínio, em 1942. Olga estava grávida de sete meses quando deixou o Brasil e deu à luz sua filha, Anita Leocádia, em uma prisão nazista, em novembro de 1936. Foi nesse período que Olga iniciou sua correspondência com Leocádia, que, a partir de então, passou a intermediar as trocas de cartas entre ela e Prestes. As cartas de Olga, nos primeiros dois anos de correspondência, constituem verdadeiros retratos do cotidiano da filha e das condições em que ambas viviam na prisão. Esses escritos também revelam os limites impostos à comunicação epistolar a partir de uma prisão nazista, bem como as dificuldades enfrentadas com o idioma, uma vez que apenas eram autorizadas cartas em alemão, o que exigia a atuação de tradutores para que Olga recebesse as cartas de Prestes e do restante da família.

A partir de Paris e posteriormente da Cidade do México, Leocádia e Lygia, não apenas mantiveram e organizaram a correspondência de Prestes e de Olga com a família, como também mobilizaram a opinião pública internacional pela libertação de Anita Leocádia, que foi libertada em janeiro de 1938. Nessas circunstâncias, as cartas que compõem a correspondência familiar de Luiz Carlos Prestes no período de prisão, circularam entre a prisão no Brasil, as prisões e campos de concentração na Alemanha e os diferentes países em que Leocádia e suas filhas viveram exiladas.

Depois da morte de Leocádia, Lygia assumiu a responsabilidade pela correspondência com o irmão, pela mediação de sua correspondência com o restante da família, pela educação da sobrinha e pela guarda do acervo epistolar. As cartas de Lygia ao irmão oferecem outro ângulo de visão para a trajetória de preservação desse acervo, uma vez que era ela a pessoa responsável por copiar as cartas enviadas e recebidas, viabilizar, quando necessário, as traduções e organizar o envio de livros, revistas, fotografias e outros objetos. Lygia dedicou sua vida a sobrinha e ao irmão. Enfrentou as dificuldades do exílio e da repressão durante a ditadura no Brasil e, junto de Anita Leocádia, preservou a memória da família e seus documentos.

Na década de 1990, após a morte de Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia e Lygia iniciaram a organização do que viria a ser a publicação da correspondência da família durante os anos de prisão e exílio. Juntas reuniram, selecionaram, copiaram e escreveram notas de

esclarecimento sobre o acervo. A publicação, contudo, não foi possível naquele período e as cartas permaneceram organizadas no arquivo familiar, até que depois de alguns anos de espera, apresentou-se outra oportunidade para a sua publicação. A historiadora Jessie Jane Vieira de Sousa, então diretora do APERJ, procurou Anita Leocádia e propôs a publicação das cartas da prisão, considerando as cartas salvaguardadas pelo Arquivo no Fundo das Polícias Políticas desde 1992.

A publicação dos três volumes de *Anos Tormentosos*, entre os anos 2000 e 2002, reuniu as cartas e as cópias de cartas preservadas pelo APERJ e o acervo reunido e preservado por Lygia com ajuda da família e de amigos durante os anos de perseguição e de exílio. No período em que essa publicação foi possível, o país vivia sob um contexto político marcado por iniciativas do Estado no sentido de reconhecer algumas das demandas das vítimas da ditadura e de suas famílias. No segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995 que instituiu a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Três anos depois, o Decreto Legislativo 89/1998, reconheceu a jurisdição contenciosa da Corte Iberoamericana de Direitos Humanos no país e, quando os livros já estavam sendo distribuídos pelas livrarias, a Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002 instituiu a Comissão de Anistia e regulamentou o regime do anistiado político no Brasil.

A publicação foi organizada da seguinte forma: o primeiro volume foi dividido entre a correspondência ativa e passiva de Prestes com a família entre os anos de 1936 e 1941; o segundo volume reuniu a correspondência ativa e passiva de Prestes com a família nos anos de 1942 e 1943; o terceiro e último volume foi dividido em seis partes, sendo a primeira e a segunda dedicadas à correspondência ativa e passiva com a família nos anos de 1944 e 1945, a terceira e quarta dedicadas à correspondência ativa e passiva com Olga Benário; e a quinta e sexta partes, compostas pela correspondência ativa e passiva com o advogado, companheiros e amigos. Os três volumes reúnem, ao todo, 950 cartas acompanhadas de notas explicativas e anexos.

Figura 1: Fotografia dos três volumes da obra **Anos Tormentosos**:  
Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945)



Fonte: acervo pessoal da autora

A publicação dessa correspondência inseriu essas cartas familiares em um novo e diverso contexto de leitura. Ao serem selecionadas e organizadas cronologicamente, essas cartas passaram a compor uma narrativa, apresentaram personagens, lugares e relações de poder. Esse novo contexto de leitura trouxe, também, novos leitores, suas demandas e apropriações discursivas, de modo que o potencial indiciário do texto epistolar foi ampliado, no sentido de reconhecer o processo de organização e edição como parte integrante das informações que contém.

### O texto epistolar e seu potencial indiciário

Em um conhecido texto, publicado pela primeira vez em 1987 sob o título *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime*, o historiador francês Roger Chartier discutiu os equívocos cometidos por estudos que partem da leitura de textos produzidos ou publicados em determinados períodos para compreender as formas como seus leitores se organizam culturalmente. Ainda que no referido texto, o objetivo do autor fosse discutir o emprego clássico da noção de “cultura popular”, algumas de suas considerações lançaram luz sobre a organização teórica de pesquisas que partem da leitura de textos para compreender os sujeitos que os produziram, seus leitores e, até mesmo, aqueles que foram responsáveis pela sua guarda. Entre as precauções apresentadas pelo autor estava a necessidade de “jamais confundir o estudo dos textos com o dos gestos ou dos pensamentos que eles supostamente produzem” (CHARTIER,

2004, p. 14), sem, contudo, desconsiderar a estreita relação existente entre a escrita e o gesto, entre os textos apropriados como discursos e os comportamentos regrados por eles.

As reflexões propostas pelo historiador francês acerca da noção de apropriação e da relação entre texto e gesto, embasaram a primeira inquietação sobre a qual este texto foi construído, isto é: Quais evidências – rastros ou indícios – os textos epistolares potencialmente contêm em relação aos processos que resultaram em sua preservação? Sem a pretensão de apresentar uma resposta definitiva para essa questão, buscou-se, a partir de uma leitura da correspondência de Luiz Carlos Prestes com a família durante o período de prisão, indícios, no sentido atribuído por Ginzburg (1989), das escolhas e estratégias adotadas por correspondentes e intermediários para garantir a continuidade da correspondência, assim como das relações de reconhecimento construídas ao longo dessas trocas epistolares.

Na primeira carta que escreveu para a mãe, depois de ser informado que poderia estabelecer correspondência regular com a família, Prestes expôs três pontos importantes para a compreensão do sistema de cópias, envios e intermediários que se formou a partir de então, sistema este que garantiu a preservação de muitas das cartas escritas no período de prisão, especialmente aquelas censuradas, extraviadas ou apreendidas pelas diferentes instâncias de poder dentro das quais circulavam.

O primeiro ponto foi a referência feita à correspondência da mãe com Heráclito Fontoura Sobral Pinto, defensor ex-officio designado para a defesa de Prestes, dizendo que a partir de uma carta enviada pelo advogado ela poderia tomar conhecimento de sua situação. Sabe-se, por meio das cartas publicadas na obra *Por que defendo comunistas* (1979), que Sobral Pinto foi o intermediário das primeiras cartas recebidas por Prestes, assim como de livros, roupas, objetos de uso pessoal e dinheiro enviados pela família, e que manteve contato regular com Leocádia e Lygia. As cartas escritas por Sobral Pinto a Leocádia ao longo do ano de 1937, hoje publicadas, constituem apenas um fragmento do diálogo epistolar que ambos estabeleceram, do qual se tem conhecimento graças às referências presentes na correspondência trocada entre Luiz Carlos Prestes e sua família. Embora as cartas de Leocádia a Sobral Pinto não tenham sido publicadas na obra *Por que defendo comunistas*, tampouco integrem a publicação da correspondência de Luiz Carlos Prestes na prisão, sabe-se que ela escreveu com frequência e regularidade ao advogado do filho ao longo daquele ano. Em carta datada de 8 de maio de 1937, Sobral Pinto faz referência a cinco cartas recebidas de Leocádia apenas no mês anterior (SOBRAL PINTO, 1979, p. 116–117). A leitura dessa correspondência permite preencher muitas das lacunas deixadas nas cartas trocadas entre Prestes e a mãe, visto que o

intercâmbio com o advogado era menos sujeito à censura e às apreensões. A questão do sigilo referente à correspondência de Sobral Pinto foi assunto em uma de suas cartas a Leocádia, datada de 12 de março de 1937, na qual ele afirma o seguinte:

Não toleraria, assim, que as autoridades brasileiras entrassem a fazer a censura da minha correspondência profissional. Se um tal abuso viesse ou vier a ser praticado saberei fazer valer, perante os nossos tribunais, os direitos da minha profissão. E, caso me visse repellido pelos juizes do meu país, pode V. Exa. ficar certa de que declinaria, imediatamente, da função de advogado ex-officio, em que me vi investido, pois não tolero o menor cerceamento da minha atividade profissional. Ou me deixam exercê-la com liberdade, ou, então, eu a não exerço (SOBRAL PINTO, 1979, p. 93).

Não há, na correspondência publicada de Prestes ou mesmo na de Sobral Pinto, evidências de que as cartas enviadas pelo advogado para Leocádia e Lygia Prestes tenham sido censuradas. Todavia, houve períodos em que Prestes esteve proibido até mesmo de receber cartas e visitas do advogado, assim como houve longos períodos em que a correspondência de Sobral Pinto com a família de Prestes foi escassa.

O segundo ponto foi o pedido feito por Prestes para que a mãe endereçasse suas cartas para a Inspetoria Geral de Polícia no Edifício da Polícia Central. Prestes foi informado que a Inspetoria seria responsável pela censura de suas cartas, de modo que a informação dada à mãe tinha o objetivo de agilizar o tempo de circulação das cartas e de lembrar que as cartas que escreviam um ao outro seriam sempre “cartas abertas”. Também em sua correspondência com as irmãs, Prestes refere-se inúmeras vezes à fragilidade de seu sigilo postal e à necessidade de escolher as palavras com cuidado. Em uma carta destinada à sua irmã Eloiza, datada de 6 de dezembro de 1939, ele fez a seguinte consideração:

Evidentemente, não nos faltam assuntos para uma conversa sem fim e bem posso imaginar o prazer com que Vocês receberiam a carta em que pudesse contar alguma coisa dos pensamentos e recordações que me acompanham. Nestas cartas abertas, porém, uma tal tarefa não é fácil, nem mesmo viável, porque idéia puxa idéia, e para evitar amputações dolorosas o melhor é nada dizer. (PRESTES, 2000, p. 291)

A censura funcionava como um terceiro elemento da correspondência, sempre lembrado e mencionado, às vezes como um mal necessário, outras vezes com ironia e revolta, mas sempre arbitrando o que podia ou não ser escrito, como demonstra uma carta escrita por Prestes à mãe em 11 de outubro de 1938:

Escrevo-te com o máximo cuidado, evitando qualquer expressão ou palavra que possa ser falsamente interpretada, porque minha única preocupação é dar-te a certeza, com as minhas cartas, de que estou vivo e com saúde. Enfim, tenhamos paciência e pensemos que já passamos por piores momentos; não é verdade? (PRESTES, 2000, p. 209)



A presença constante da possibilidade de violação de sua correspondência e do uso dessas cartas como um documento que pudesse dificultar ainda mais a vida de Prestes na prisão, influenciou diretamente as estratégias dos correspondentes no que diz respeito às suas escolhas textuais e ao comportamento que estabeleceram em relação à cópia e à guarda das cartas. Da mesma forma, essas circunstâncias também estimularam a adoção de meios alternativos de comunicação, como demonstram cartas e bilhetes de Prestes a destinatários não identificados, os quais eram assinados com o codinome “Pedrinho”<sup>7</sup>. A mesma estratégia foi adotada na correspondência com a família como demonstra uma carta recebida por Leocádia, em 29 março de 1941, durante um dos períodos em que Prestes estava proibido de escrever à família. Na carta, oculto por uma narrativa repleta de referências que apenas elas poderiam compreender, Prestes fala de sua situação, informa a data da última carta recebida e pergunta por Olga.

Rio, março, 29.

Queridas priminhas!

Vejam só como eu sou bonzinho e como não me esqueço de vocês. Tanto fiz que arranjei este cartão e, se ainda surrupiar uns níqueis, vou mandá-lo pelo bicho voador. Vocês já sabem que agora estou de férias? Não tenho nada que fazer e nem mesmo para ler; passo os dias de papo pro ar... imaginando histórias e travessuras... mas que saudades!... Digam à Abuelita que estou bem, sempre alegre e contente. É verdade que a bruxa amarela não me deixa sossegar, mas eu não tenho medo dela. Vocês se lembram? - Aquela

Taturana - uma bruxa amarela,  
Resmungando com ar carrancudo,  
Se ocupava em frigar na panela  
Um menino, com tripas e tudo.

E vocês, como vão? Última notícia é ainda de 10 de fev. e nem ao menos as figuras que mandava a Abuelita não chegam mais. Mas estas férias hão de acabar. E da mamita, que sabem? Lembranças às titias e um viva para o Elói – vivôoo!!...

Desejo para todos uma, feliz Páscoa, um lindo e gostoso ovo de chocolate.

Beijinhos do

Pedrinho (PRESTES, 2000, p. 446).

Ainda que não exista, neste caso, uma relação direta de causa e efeito entre texto e gesto, não é possível ignorar que as informações às quais os correspondentes tinham acesso, a partir do texto epistolar, influenciavam suas escolhas e ações, no sentido de estabelecer uma rede de contatos que garantisse minimamente a continuidade da correspondência, mesmo durante os longos períodos de proibição e apreensão das cartas que escreviam. A relação entre texto e gesto se dá, portanto, no campo das necessidades e das restrições impostas por condições de enunciação e de circulação adversas.

---

<sup>7</sup> Prestes utilizou o nome Pedrinho para assinar ao menos mais três cartas clandestinas, datadas de 2 de fevereiro de 1939, 3 de junho de 1939 e 29 de março de 1941, esta última destinada a mãe e as irmãs (SOUZA, 2023, p. 105)

No terceiro ponto, Prestes referiu-se diretamente à sua correspondência com Olga Benario, escrevendo as seguintes palavras: “Estou certo de que tu me informarás de tudo o que souberes a respeito de minha companheira e que servirás de intermediária para a nossa correspondência” (PRESTES, 2000, p. 34). Sem notícias da companheira desde sua extradição para a Alemanha nazista, Prestes viu na correspondência com a mãe uma possibilidade de obter informações sobre Olga e sua filha. Isso porque, junto à primeira carta que recebeu da mãe, por intermédio de Sobral Pinto, ele também recebeu a cópia de uma carta escrita por Olga a Leocádia, na qual informava o nascimento de Anita Leocádia e pedia notícias do companheiro. A correspondência entre Olga e Leocádia era uma realidade desde o final do ano de 1936 e, por meio dela, Olga pôde receber ajuda financeira e alimentos que complementavam sua alimentação e a de sua filha durante os quatorze meses em que permaneceram juntas.

A primeira carta de Leocádia recebida por Olga, cuja resposta foi enviada em cópia a Prestes, marcou o início de uma relação epistolar que envolveu, sistematicamente, Prestes, Olga, Leocádia, Lygia e diferentes tradutores. Inicialmente, tanto as cartas de Prestes como as de Olga, depois de censuradas na prisão, eram enviadas para Leocádia, em seguida eram copiadas por Lygia e enviadas para os tradutores, isso porque, Olga só estava autorizada a receber e a escrever cartas em idioma alemão. Concluídas as traduções, as cartas seguiam seu caminho, passavam pela censura novamente e só depois chegavam ao destinatário. Esse complexo sistema de cópias e traduções foi mantido até 1941, mas antes disso, em 1938, Olga e Prestes escreveram um ao outro diretamente, pois, desde que foi autorizado a receber livros, Prestes se dedicou ao estudo do idioma de Olga e no final de 1938 já era capaz de ler em alemão, sem muita dificuldade.

Leocádia e Lygia também se correspondiam com Olga, e nenhuma delas conhecia o idioma alemão, de modo que os tradutores continuavam necessários, e cada dia mais escassos: primeiro em razão da instabilidade e da insegurança vividas na França pré-guerra; e segundo em razão das dificuldades encontradas no exílio mexicano, onde a rede de apoio à Campanha Prestes era menor. Todavia, essa correspondência também fazia parte do universo epistolar de Prestes na prisão, pois as cartas que Lygia e Leocádia recebiam de Olga também eram copiadas e enviadas a Prestes, que seguidamente as referenciava em suas cartas. Esse sistema de cópias e compartilhamento de cartas tinha, ao menos no primeiro ano de correspondência, um motivo especial: as cartas de Olga para a sogra, assim como aquelas destinadas ao companheiro descreviam o cotidiano e o desenvolvimento de Anita Leocádia, de modo que as descrições de Olga eram a única forma pela qual Prestes podia acompanhar o crescimento de sua filha.

Em suas cartas, Olga descrevia a rotina que havia construído com a filha, uma rotina limitada pelos horários e normas da prisão. Suas cartas acompanhavam o crescimento de Anita, e cada novo acontecimento, como o nascimento dos dentes, as primeiras palavras e os primeiros passos, por exemplo, ganhavam uma narrativa própria, repleta de detalhes e de descrições entusiasmadas. Em uma carta destinada a Prestes, datada de 24 de setembro de 1937, por exemplo, Olga narrou um dia de sua rotina com a filha na prisão feminina de Barnimstrasse:

Tu perguntas como vivemos. O melhor é que eu te descreva um dia na prisão. De manhã, às 5 ou 6 horas, a Anita se acorda e começa a brincar. Até às 6 não me ocupo dela, pois não quereria mais ficar em sua cama. Às seis horas, dou-lhe de mamar. Depois disso tenho muito o que fazer, pois às sete horas devo estar pronta e ter lavado o chão de minha cela. Às sete e meia tomo o café e, nesse momento, a Anita dorme durante uma meia-hora ou uma hora. Aproveito esse repouso para ler os jornais, a menos que tenha roupa para lavar ou outra coisa para fazer. Às 9 e meia a pequenina já tomou banho e come uma segunda vez. Às dez e meia vamos ao pátio. Se faz bom tempo, a Anita fica lá fora até as 11 e meia e dorme, enquanto eu devo voltar para minha cela ao cabo de 45 minutos. Então almoço e, até a hora de receber de volta a pequenina, leio ou faço um trabalho manual. Às 2 horas Anita Almoça e brinca. Às vezes ela ainda dorme uma meia hora. Às 5 e meia recebo minha refeição da tarde e, entretimentos, dou ainda de mamar à pequenina. Fico me distraindo com ela até as 7 horas e a ponho na cama para dormir. Como já é noite e a essa hora não disponho de iluminação, não me resta outra coisa a fazer do que “fazer bons sonhos” e adormecer. Às 10 horas dou ainda de mamar à pequenina (sempre no escuro) e as duas adormecemos até o dia seguinte pela manhã. (PRESTES, 2002b, p. 403)

As circunstâncias em que a correspondência entre Olga e Prestes foi mantida, ao menos no período em que Anita Leocádia esteve junto da mãe, agregaram novos significados às relações de reconhecimento que permearam a salvaguarda da correspondência de Prestes com a família. Mais do que instrumentos de comunicação, essas cartas tornaram-se diários íntimos dos primeiros quatorze meses da vida de Anita Leocádia. Diante da incerteza que caracterizava a vida dos prisioneiros do regime nazista, essas cartas também preservaram a única memória possível do breve tempo em que Anita Leocádia pôde viver com a mãe, visto que, conforme as normas da prisão, Olga só pôde permanecer com a filha durante o período de amamentação.

As cartas enviadas por Olga a Prestes nos dias que se seguiram à separação da filha – entregue à avó paterna após um longo esforço político e burocrático – revelam não apenas a profunda tristeza que se abateu sobre ela, mas também as novas condições em que a correspondência passou a ser mantida. Poucos dias depois da libertação de Anita Leocádia, Olga foi transferida para o campo de concentração de Lichtenburg, onde o regime de trabalho e as condições do encarceramento eram consideravelmente piores do que as vividas até então. Todavia, em suas cartas, Olga apenas escrevia sobre as saudades que sentia, pedia por notícias da filha e descrevia de modo bastante sucinto as condições em que vivia.

Cerca de um ano depois, em 1939, Olga foi transferida para o campo de concentração Ravenbrück, de lá escreveu cerca de 17 cartas para Prestes. Nessas cartas, assim como naquelas escritas em Lichtenburg, não havia qualquer referência às condições desumanas a que eram submetidas as prisioneiras desse campo, que foi descrito por uma de suas sobreviventes como um local “extermínio lento” (HELM, 2015, s/d), dadas as condições em que as prisioneiras eram mantidas. Entre os relatos de sobreviventes reunidos por Sarah Helm em sua obra *Se isto uma mulher* (2015), há aqueles que descrevem a rotina de trabalhos forçados, espancamentos, fome e humilhações, que, em certa medida, contribuem para um melhor entendimento das condições em que Olga vivia e escrevia suas cartas. Essas cartas, no entanto, não descrevem essa realidade de modo objetivo, mas trazem indícios e ausências que permitem uma leitura ampliada das condições em que Olga viveu seus últimos anos de vida. Nesse sentido, o número de cartas preservadas pela família, assim como as referências presentes no texto epistolar sobre a existência de cartas que não foram preservadas, permite uma leitura, ainda que lacunar, das condições de enunciação e de circulação da correspondência entre Olga e Prestes, e deles com o restante da família. As ausências, isto é, as cartas não preservadas, as restrições e os limites não declarados também indiciam as circunstâncias de constituição do acervo preservado.

A correspondência de Prestes com a família foi, aos poucos, se adaptando às novas condições que se impuseram ao longo de quase uma década de prisão. Em outubro de 1938, Leocádia, Lygia e Anita mudaram-se para o México, de onde mantiveram o envio de cartas, livros e revistas solicitados por Prestes. No entanto, a distância em relação a Olga mostrou-se um desafio para a correspondência. Nas cartas desse período, Olga questiona o motivo de receber tão poucas notícias da filha. No mesmo período, o Brasil vivia o Estado Novo, e as condições de Prestes na prisão tornaram-se ainda piores. Passaram a ser recorrentes as proibições à correspondência e o confisco de cartas, livros e revistas. Em uma carta de Leocádia ao filho, datada de 30 de junho de 1939, essa situação torna-se bastante evidente:

Profundamente triste e dominada pelas mais dolorosas preocupações, motivadas pela falta absoluta de cartas, escrevo-te animada pela esperança de que, talvez neste momento, já te tenham concedido a permissão para receberes minhas cartas. E quando receberei notícias tuas? Não será necessário dizer-te que, mais do que nunca, meu pensamento não se aparta de ti um só momento e que meu amor aumenta na proporção dos meus sofrimentos, que atualmente tocam as raias da mais clamorosa injustiça. Como se poderá explicar a suspensão de nossa correspondência? Que motivos transcendentais se poderá alegar para martirizar um coração materno, quando os maiores criminosos têm o direito de escrever às suas mães?! E tu, meu querido filho, que crimes nefandos poderias cometer nesse tremendo isolamento em que tens vivido, desde há três anos?! (PRESTES, 2000, p. 594)

Sabe-se, a partir da leitura das cartas desse período, que, mesmo sem receber notícias do filho por longos intervalos de tempo, em razão das proibições impostas pela administração da Casa de Correção, Leocádia jamais deixou de escrever. Todavia, ao contrário de Lygia, que costumava redigir suas cartas à máquina, facilitando a feitura de cópias, Leocádia as escrevia manualmente e não tinha o hábito de copiá-las. Em razão disso, o conhecimento que se tem acerca de muitas das cartas enviadas ao filho advém das respostas escritas por ele. Nesse sentido, as ausências também constituem um dado relevante para a compreensão do acervo hoje preservado. Em uma carta datada de 10 de fevereiro de 1942, Leocádia explica ao filho o motivo pelo qual não pôde retomar o assunto de uma carta anterior:

Pedes-me que volte ao assunto de minha malograda carta de 16/12 que se perdeu, mas, mesmo que isso fosse possível, parece-me que isso não seria prudente. Não conservo cópia do que te escrevo, pois sempre o faço ao correr da pena, não sendo, portanto, possível repetir o que escrevi. (PRESTES, 2002, p. 314)

O potencial indiciário do texto epistolar, no que concerne às evidências relacionadas à sua trajetória de preservação, manifesta-se também no que os correspondentes dizem sobre suas cartas e sobre as condições em que vivem. Assim, as cartas de Leocádia, nas quais ela narra a ausência de notícias e o hábito de não copiar as missivas enviadas, permitem compreender por que tão poucas de suas cartas foram preservadas pela família. Ademais, as cartas que Prestes recebeu na prisão — incluindo aquelas escritas por sua mãe — foram guardadas por ele na sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após sua anistia. Em outubro de 1945 a sede do partido foi invadida pela polícia, como parte da repressão aos comunistas instaurada após a renúncia de Getúlio Vargas. Nessa invasão, cartas, livros e outros documentos guardados por Prestes foram destruídos ou ilegalmente apreendidos pelas autoridades, entre eles as cartas de Leocádia — aquelas das quais a família não mantinha cópias.

Nesse sentido, no que diz respeito a constituição de um acervo epistolar – preservado por diferentes agentes e em diferentes ambientes, mais ou menos institucionalizados – como a correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, a articulação entre texto e gesto (preservação) não se dá como uma relação de causa e efeito, mas a comunicação e o registro possíveis a partir do texto epistolar, garantem que os correspondentes possam, juntos, construir estratégias para a continuidade da correspondência e para a sua preservação. Essas estratégias, assim como a relação de confiança e os valores compartilhados pelos correspondentes também passam a integrar o texto epistolar e contribuem para a compreensão dos processos de salvaguarda que sucedem a correspondência.

## Considerações finais

“A correspondência organiza os vestígios de histórias em migalhas” (DAUPHIN, 1994), mas para que essas histórias possam ser contadas, os textos epistolares e seus contextos de escrita e circulação precisam integrar a mesma narrativa, no sentido de buscar na singularidade das cartas e na diversidade das suas condições de enunciação, estratégias para preencher as lacunas tão características dessa tipologia de documentos.

Nas trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes, o texto epistolar e os indícios que ele preserva ocupam um lugar de destaque, na medida em que expõem as diferentes relações de reconhecimento construídas e/ou mantidas entre os correspondentes ao longo dos nove anos em que sustentaram um diálogo epistolar constante. Do mesmo modo, a prática comum entre correspondentes regulares de escrever sobre suas condições de enunciação e sobre os limites impostos à circulação de suas cartas contribui para que o texto epistolar se configure como uma importante fonte de informações sobre questões como a censura, as barreiras e os limites institucionais dos locais de escritura, bem como sobre as estratégias adotadas pelos correspondentes para preservar sua comunicação e seu legado documental.

A leitura desse conjunto de cartas revela, ainda, elementos que remetem ao uso da correspondência como um diário íntimo, tanto nas cartas escritas por Prestes à mãe, nas quais descreve seus dias na prisão, quanto nas cartas de Olga, que narram em detalhes o crescimento e o desenvolvimento da filha. Essa prática agrega novos significados às cartas, garantindo, a partir das memórias que preservam, a sua salvaguarda. Do mesmo modo, as mudanças nos contextos de escritura e circulação das cartas, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo no Brasil, impuseram não apenas novos limites ao que podia ser escrito, como também resultaram em um maior número de cartas censuradas, apreendidas ou extraviadas, incidindo diretamente nas escolhas dos correspondentes quanto à realização de cópias das cartas enviadas e à manutenção de um fluxo clandestino de correspondência. Essas circunstâncias asseguraram tanto a preservação das cartas apreendidas pela censura quanto das cópias das cartas efetivamente extraviadas.

Por fim, cabe destacar que, guardados os limites do acaso e da imprevisibilidade que recobrem as ações humanas relativas à sua relação com o passado e seus vestígios, o texto epistolar produzido pela família Prestes — em momentos de dor, sofrimento, mas também de esperança — oferece ao leitor de hoje a oportunidade de compreender algumas das escolhas, ações e omissões que resultaram na salvaguarda e na publicização dessa correspondência.

## Referências

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

DAUPHIN, Cécile; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette; POUBLAN, Danièle. Une correspondance familiale au XIXe siècle. In. BOSSIS, Mireille(Dir.). **La lettre à La croisée l'individuel et Du social**. Paris: Kimé, 1994.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In. GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

HELM, Sarah. **Se isto é uma mulher: dentro de Ravensbrück: o campo de concentração de Hitler para mulheres**. Trad. Ana Saldanha. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

PRESTES, Anita Leocádia. **Viver é tomar partido: memórias**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 1**. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 2**. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

PRESTES, Luiz Carlos. **Anos Tormentosos: Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945), volume 3**. Organizado por Anita Leocádia Prestes e Lygia Prestes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

RICOEUR, Paul. **Percurso do Reconhecimento**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo comunistas**. Introdução, notas e organização de Ary Quintella. Belo Horizonte: Editora, 1979.

SOUZA, Cristiële Santos de. **Legado e reconhecimento: trajetórias de preservação da correspondência da prisão de Luiz Carlos Prestes (1936-1945)**. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, 2023.

TOTA, Anna Lisa. Memoria Pública. In. VINYES, Ricard. **Diccionario de la memoria colectiva** (Historia nº 33004) (Spanish Edition) (p. 401). Gedisa Editorial. Edição do Kindle.